

AS REDES SOCIAIS NOVO ESPAÇO INTERMEDIÁRIO ENTRE SOCIEDADE E ESTADO

Plínio Victor Cardoso Moreira

Universidade da Amazônia

pliniovcm@gmail.com

Jones Nogueira Barros

Universidade da Amazônia

jonesbarros1@hotmail.com

(coorientador)

Mário Vasconcellos Sobrinho

Universidade da Amazônia

mario.vasconcellos@unama.br

(orientador)

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar a influência das redes sociais na gestão das políticas públicas tomando como referência o advento das novas tecnologias que tem possibilitado inovações no processo decisório das políticas e na forma de participação da sociedade civil. Especificamente, o artigo busca identificar nas redes sociais os movimentos sociais existentes sobre a questão da mobilidade e examinar quais são seus objetivos e questionamentos na elaboração da política de mobilidade urbana local do município Belém. Metodologicamente a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e utilizou a técnica netnográfica. O estudo revela, que os grupos criados nas redes sociais constituem uma esfera pública onde olhares e vozes dos munícipes sobre a questão da mobilidade são democraticamente compartilhados, constituindo-se como um novo espaço intermediário de diálogo entre a Sociedade Civil e o Estado.

Palavras-Chave: redes sociais, participação, mobilidade urbana.

Eixo temático: Trabalhos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso.

INTRODUÇÃO

Um novo formato de gestão das políticas públicas foi introduzido no Brasil a partir de 1990, resultante do processo de redefinição institucional que foi legitimado pela Constituição de 1988. A Constituição Federal, por meio dos princípios e diretrizes, define no art. 204, a necessidade de participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas públicas e no controle das ações governamentais em todos os níveis. A participação social passa a ser parte importante do processo das políticas e ações de governo.

Os espaços urbanos estão cada vez mais complexos e requerem maior atenção da gestão pública no processo de elaboração de políticas públicas urbanas que visam à melhoria de qualidade de vida das pessoas que habitam este espaço, dentre as quais as políticas de mobilidade urbana. Neste contexto, a gestão das políticas públicas nas cidades exige a criação de espaços públicos que propiciem a interação destas com as organizações sociais articuladas em redes sociais que buscam incidir nas ações públicas.

A questão da mobilidade no Brasil passa a fazer parte da agenda da gestão de políticas públicas com a criação do Ministério das Cidades, em 2003. E, em 2007, por via do Projeto de Lei nº 1.687 que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana e criou condições políticas e institucionais para a formulação e execução de uma política nacional de mobilidade urbana que, por sua vez, contribuiu com a promulgação da Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012). Esta última está fundamentada no art. 182 da Constituição Federal, cujo entendimento é que a política de mobilidade urbana é um instrumento da política de desenvolvimento urbano (GOMIDE, 2008; BOARETO, 2008).

Considerando a legislação exposta, os espaços de ações públicas da mobilidade são, então, delineados para envolver os atores locais na política pública de mobilidade urbana, por via da participação social.

O contexto atual leva os governos ao desafio de estabelecer diálogos comuns entre os atores do espaço urbano, o que nem sempre é fácil diante à diversidade de interesses. No entanto, promover redes de atores locais sobre problemas públicos, a exemplo da mobilidade urbana, pode contribuir para a participação social e o entendimento entre a sociedade civil e os governos locais na gestão de políticas públicas (MILANI, 2008). Os diálogos podem ocorrer sob diversas formas de interação, dentre as quais, às resultantes do advento tecnológico alicerçadas nas redes sociais.

De fato, o advento das novas tecnologias e a crescente urbanização do mundo contemporâneo tem produzido uma sociedade caracterizada pela rapidez dos fluxos de informação, fazendo com que a vida urbana pareça mais volátil e acelerada, incerta, fragmentada e mais difícil de entender hoje do que em qualquer outro momento desde o final do século passado (GRAHAM, 1996). Compreende-se que os avanços tecnológicos tem gerado um sentimento de maior aceleração do tempo que tem redundado, inclusive, em alterações nas relações entre gestão das políticas públicas e o papel da sociedade civil, cujas consequências ainda não foram completamente elucidadas.

Com as novas tecnologias, os Estados podem formatar políticas que possibilitem uma melhor inserção das pessoas nos processos decisórios, uma vez que a complexidade social exigirá, de forma incessante, o aprimoramento de novas técnicas voltadas ao atendimento comunitário (LOIOLA e MOURA, 1997). Os gestores devem enxergar as redes sociais como uma ferramenta adicional de mobilização em favor dos interesses da comunidade e de incidências na tomada de decisão para maior efetividade na implementação de políticas públicas locais. Todavia, as possibilidades de incidência das redes sociais na política pública ainda não estão claras, o que nos leva a buscar entende-la melhor, sobretudo no meio urbano onde o acesso as novas tecnologias está mais marcante. Nesse sentido, a pergunta de pesquisa que emerge é as redes sociais tem influenciado na política de mobilidade urbana local?

O trabalho analisa os movimentos de redes sociais e suas influencias na tomada de decisão de políticas de mobilidade urbana local. Especificamente, busca identificar nas redes sociais os movimentos sociais existentes sobre questão da mobilidade local e examinar os objetivos e questionamentos que emergem na elaboração da política de mobilidade urbana local.

Metodologicamente, a pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa, e da técnica netnográfica, compreendida como uma forma especializada do método etnográfico. A netnografia utiliza comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet. Sua abordagem é adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais, dentre outros (KOZINETS, 2014).

AS REDES SOCIAIS COMO ESFERA PÚBLICA E ESPAÇO DE INTERAÇÃO.

Nos últimos tempos, o mundo tem presenciado as crises pelas quais passam as instituições

públicas. Crises em grande parte causadas pela perda de confiança em tais instituições e que culminaram em várias manifestações em todo o mundo, a exemplo da Primavera Árabe e, no caso Brasileiro, os movimentos sociais de rua que marcaram o ano de 2013.

No Brasil, os movimentos sociais de 2013 tiveram como objetivo questionar o sistema político atual e os atores que representam a sociedade. De fato, assistiu-se vários movimentos que foram às ruas reivindicar melhoria nos serviços públicos, uma vez que as instituições e os atores representativos deixaram de agir para a solução dos problemas e acabaram por se tornar parte dos mesmos problema.

Franzi (2016) observa que nas últimas décadas os partidos políticos que representam determinados valores e ideologias, com o objetivo de gerar um amplo consenso para conseguir apoio popular, tem se distanciado dos cidadãos.

Neste contexto é que tem surgido novas vozes clamando por uma nova arena política que fortaleça a democracia. Clama-se por maior democracia interna dentro das organizações políticas e institucionais e maior democracia externa, que se refere à relação entre as instituições e os cidadãos. A democracia dá papel central a sociedade civil na elaboração e implementação das políticas públicas.

Tais questões demonstram a necessidade de se constituir nova arena de ação da política. Para Franzi (2016) arena é o espaço de relações e interações entre diversos atores para deliberar sobre políticas públicas, uma nova esfera pública.

Nos últimos anos, no entanto, tem havido uma mudança fundamental no processo de deliberação com o surgimento de novos espaços de interação sociedade civil - estado. Com o advento da Internet, estabeleceram-se movimentos sociais em redes que influenciam uma nova relação espacial e social entre os atores. Esses movimentos sociais em rede são novos tipos de movimentos democráticos que estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet, reconstruindo a confiança como alicerce da interação humana (CASTELLS, 2013).

De acordo com Marques (2003), nas redes sociais os padrões de relação constituem-se em redes de diferentes tipos de vínculo que estão em constante transformação. Estas redes se apresentam para os atores sociais tanto como constrangimento quanto como possibilidade, induzem comportamentos e informam projetos e visões sobre a sociedade.

As redes sociais possibilitam novos espaços de mobilização e ação coletiva com capacidade de alterar as relações de poder e influência entre os diferentes atores. A internet constitui-se, então, um novo espaço intermediário de relação que desafia os atores e muitas das estruturas organizacionais formais existentes que até então exercem o papel de intermediárias (FRANZI, 2016).

Frey (2004) diz que as redes sociais não servem apenas para identificar e analisar novos arranjos de governança e formas de gestão ou ainda política em rede, mas em práticas e configurações de caráter autoritário e tecnocrático, revelando, também, as dificuldades de consolidação de práticas de caráter participativo e democrático.

Entretanto, entendemos que as redes são um instrumento fundamental para processo de elaboração e gerência das políticas sociais em contextos democráticos, permitindo interação entre os diversos atores ao gerar relações através da sua estrutura baseadas na coordenação e em processos horizontais (DELGADO; TRIANA; SAYAGO, 2013).

É por isto que não há como negar que, através dos benefícios advindos com as novas tecnologias, os Estados podem formatar políticas que possibilitem uma melhor inserção das pessoas nos processos decisórios. Porquanto, a complexidade social imporá, de forma incessante, “o aprimoramento de novas técnicas voltadas ao atendimento comunitário” (LOIOLA e MOURA, 1997, p. 62), devendo os gestores enxergar as redes como uma ferramenta adicional de mobilização em favor dos interesses da comunidade.

Castells (2013) entende que os movimentos sociais em rede desafiam a reinvenção da democracia, possibilitando aos seres humanos administrar coletivamente suas vidas de acordo com os princípios amplamente compartilhados em suas mentes.

Neste sentido, o estudo sobre os grupos de redes sociais, seus olhares e vozes, que tratam da questão da mobilidade urbana em Belém, possibilita colaborar com a lacuna que ainda existe em pesquisas a respeito do tema, na medida em que se considera novas oportunidades para a colaboração e cooperação dos cidadãos na busca de soluções para os problemas comuns da sociedade urbana.

A QUESTÃO DA MOBILIDADE URBANA LOCAL A PARTIR DO(S) MOVIMENTO(S) NAS REDES SOCIAIS.

O levantamento realizado nas redes sociais no município de Belém por meio da netnografia (KOZINETS, 2014) possibilitou identificar duas páginas na internet que vem discutindo a questão da mobilidade urbana local, são elas: Belém Trânsito (BT) e Belém Infraestrutura e Mobilidade (BIM). Em um primeiro momento, essas duas páginas, como forma de estimular o debate e mobilizar os seus seguidores, solicitaram aos usuários que formulassem perguntas sobre a questão da mobilidade urbana. Com base nas sugestões enviadas pelos seguidores, foi elaborado um roteiro de perguntas e enviadas para os principais candidatos a Prefeitura de Belém nas eleições municipais de 2016 (Éder Mauro, Edmilson Rodrigues, Úrsula Vidal, Carlos Maneschy, Regina Barata, Zenaldo Coutinho) sobre variados temas em torno da Mobilidade Urbana.

Conforme informações encontradas nas duas páginas, as perguntas foram divididas em nove posts sobre os assuntos relativos à mobilidade. Cada post teria as respostas dos candidatos relativo ao subtema tratado dentro da mobilidade urbana. No entanto, no levantamento dos dados só foi possível encontrar informações sobre seis posts.

De acordo com o relato da equipe da página Belém Trânsito a iniciativa tinha:

“(...) como princípio fomentar o debate democrático e ajudar o seguidor/leitor/eleitor a, com menos em um dos vários assuntos que contemplam a gestão municipal, escolher seu candidato com base nos anseios que a sociedade tem, ao elegê-los (Equipe BT).

Observa-se na iniciativa dos grupos uma mobilização necessária à participação dos internautas, no sentido de problematizar por meio de perguntas aos candidatos à prefeitura municipal, de modo que os mesmos pudessem contribuir com a futura gestão municipal trazendo para a agenda do executivo à questão da mobilidade urbana.

Os assuntos que nortearam os posts elaborados trataram sobre: BRT, Integração da Região Metropolitana de Belém, Tecnologia da Informação, Transporte Fluvial, Centro Comercial e Histórico, e Ciclomobilidade.

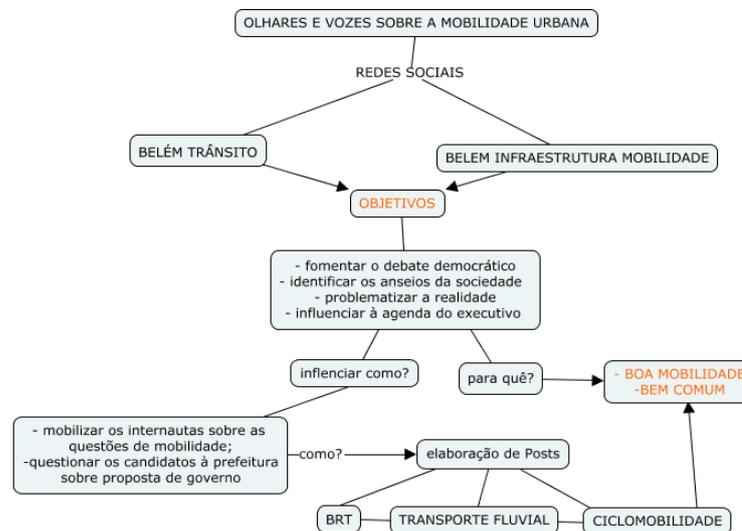
Ressalta-se que por questões de delimitação de análise, neste artigo optou-se por três posts, considerando que nem todos os candidatos responderam como foi o caso da candidata Regina Barata que não respondeu nenhuma das perguntas referentes aos posts. O candidato Zenaldo Coutinho respondeu via vídeo apenas quatro dos nove posts, mas no levantamento foi possível identificar apenas dois. O candidato Edmilson Rodrigues respondeu via vídeo publicado na página do candidato, sendo que algumas perguntas foram cortadas do enunciado oficial, elaboradas nos posts (BELÉM TRÂNSITO, 2016).

OBJETIVOS DOS MOVIMENTOS NAS REDES SOCIAIS QUE TRATAM DA MOBILIDADE URBANA.

Nos grupos identificados nas redes sociais observou-se que seus objetivos estão relacionados à incidir na elaboração da política de mobilidade local. O Mapa 1 a seguir apresenta o mapeamento cognitivo elaborado a partir do exame dos dados e trata dos objetivos dos

grupos.

MAPA 1 – objetivos dos grupos que tratam sobre Mobilidade Urbana.



Fonte: a pesquisa

Os objetivos dos grupos examinados demonstram que ambos constituem espaços de deliberação que se fundamenta na mobilização estabelecida de abaixo para cima (bottom-up) como forma de contribuir na elaboração de políticas públicas e enfrentamento às velhas práticas centralizadoras de cima para baixo (top-down).

Considera-se que essas práticas de mobilização e interação social permitem a sociedade civil se expressar e participar (FREY, 2004), além de problematizar sobre a realidade que os afeta. Permitem, ainda, fazer com que problemas do cotidiano passem a integrar a agenda no poder decisório municipal, o que teria como resultado, a boa mobilidade, entendido como o bem comum.

Importa ressaltar a partir da análise dos dados e o acompanhamento dos grupos que a atuação dos seguidores não se limitou em problematizar a realidade apenas no período eleitoral (foco do levantamento). Estes seguem acompanhando e questionando as ações relativas à questão em estudo, o que se considera um estratégia (MARQUES, 2004) dos atores envolvidos, transformando as redes sociais em intermediárias (FRANZI, 2016) entre a sociedade e os poderes legalmente constituídos.

OS QUESTIONAMENTOS DAS REDES SOCIAIS NA ELABORAÇÃO DA POLITICA DE MOBILIDADE URBANA.

Os questionamentos identificados (Quadro 1) resultaram da problematização da realidade a partir das perguntas feitas pelos seguidores dos grupos e constituíram os posts encaminhados aos candidatos.

Quadro 1: Questionamentos dos seguidores POSTS

Assuntos	QUESTIONAMENTOS
BRT	- Como garantir que uma obra tão importante para Belém seja concluída de forma mais rápida? - Como sua candidatura propõe dar andamento, desenvolver os

	projetos executivos e planejar a integração, implantação e expansão do sistema BRT em Belém e Região Metropolitana?
TRANSPORTE FLUVIAL	- O que precisa ser feito para que o transporte fluvial de massa possa ter adesão, viabilidade e que de uma forma definitiva possa ser uma opção atrativa seu uso pela população da região metropolitana de Belém? Sua candidatura tem proposta de transporte hidroviário? Tem estudo de viabilidade? Detalhe a proposta.
CICLOMOBILIDADE	Grupos organizados de ciclistas consideram que algumas ciclovias precisam de adequações em seu trajeto - como a ciclovia da Duque -, assim como há falta de manutenção em outras. Considerando todos os pontos citados, e os que forem relevantes a ser comentados, quais as propostas para expansão da ciclomobilidade em Belém, assim como a correção e adequação dos pontos citados anteriormente? Como alinhar importantes projetos com uma futura Câmara de Vereadores de Belém? Qual a proposta para integrar a bicicleta aos outros modais de transporte - Barco, Ônibus ?

Fonte: a pesquisa

Observa-se que tais questionamentos constituem os olhares e as vozes dos seguidores dos dois grupos que tentam, por meio das redes sociais, se mobilizar coletivamente e passaram a construir uma arena (FRANZI, 2016) que clama por participação e atenção nos problemas de mobilidade urbana enfrentados cotidianamente. Em outros termos, uma esfera pública para o diálogo entre a sociedade e o governo. Um exemplo de problema concreto é a construção do BRT que a aproximadamente dez anos está em obra e ainda não foi concluído.

Outra questão mencionada pelos seguidores foi a questão do transporte fluvial que, para muitos, poderia ser uma solução à mobilidade urbana local. Entretanto, constitui-se um problema pela falta de entendimento desta peculiaridade da região, deixando muitos municípios que moram nas diversas ilhas, sem o serviço de transporte público.

Os questionamentos dos seguidores mostram que serviços de ciclomobilidade, a qualidade e manutenção das obras, também se constituem como grandes entraves para a mobilidade das pessoas, apesar do município ter avançado na ampliação de ciclovias. De acordo com os internautas, muito ainda precisa ser feito se for considerado que a bicicleta nas atividades diárias para o trabalho é o meio de transporte para muitos belenenses e demais moradores das cidades que integram a região metropolitana.

Compreende-se que a iniciativa dos dois grupos Belém Trânsito e Belém Infraestrutura Mobilidade é de fato significativa ao fomentar o debate reinventando a democracia por meio das redes sociais, convergindo com as ideias de Castells (2013) que de forma coletiva os espaços das redes sociais estão cada vez mais criando interações e possibilidades de compartilhamento de pensar sobre problemas há muito tempo negligenciados pelo poder público.

CONCLUSÕES

Este artigo buscou analisar os movimentos de redes sociais e suas influências nas tomadas de decisão de políticas de mobilidade urbana local. Especificamente, buscou identificar nas redes sociais os movimentos sobre questão da mobilidade local e examinou seus objetivos e questionamentos na elaboração da política de mobilidade urbana.

Foram identificados dois grupos nas redes sociais, o Belém Trânsito e Belém Infraestrutura Mobilidade. O exame das páginas dos grupos a partir da netnografia constatou que os

objetivos do grupo é fomentar o debate democrático sobre as questões de mobilidade urbana no município se apresentando, assim, como um novo espaço para o diálogo entre a sociedade civil e o Estado, especificamente em uma nova esfera pública. Para isto a mobilização dos seguidores tem sido fundamental, no sentido de problematizar sobre a realidade vivenciada.

Os questionamentos apresentados se apresentaram como uma forma de contribuir com o governo local uma vez que trouxe para a agenda do executivo à questão da mobilidade urbana.

O estudo revela que os grupos criados nas redes sociais de fato constituem uma arena por meio da qual os olhares e vozes dos munícipes sobre a questão da mobilidade são compartilhados democraticamente e constituem-se como um novo espaço intermediário entre a Sociedade Civil e o Estado.

REFERENCIAS

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

COSTA, Silvia Pires Bastos. Novas formas de governança pública: um estudo do arranjo articulado para implementação da política pública nacional de aprendizagem. 2014. Tese (Doutorado em administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DELGADO, Andrés Burgos; TRIANA, Diana Rocío Rodríguez; SAYAGO, Doris Aleida Villamizar. A contribuição das redes sociais na elaboração de políticas públicas participativas. 2013.

FREY, Klaus. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? N. 5 – outubro de 2004

KOZINETS, Robert. V. Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014. 203p.

LOIOLA, Elisabeth e MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: Tânia Fisher (org.). Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais, Rio de Janeiro: FGV, 1997, 53-68

MARQUES, E. C. Redes sociais e atores políticos no governo da cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2003.

SIMIONE, Albino Alves. A modernização da gestão e a governança no setor público em Moçambique Rev. Adm. Pública. Rio de Janeiro, v48, n3, p 551-5570, maio/jun. 2014. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/23479/22236> Acesso em: 11 de Março. 2017.